

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondencia official da capital de ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Semestre.....	6\$600 réis
Trimestre.....	3\$600
Semestre.....	5\$600 réis
Trimestre.....	3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—3.ª Secção

Usando da autorisação conferida ao governo pela lei de 4 de junho de 1859; conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem fazer mercê de conceder a Anna Joaquina a pensão annual e vitalicia de 100\$000 réis, em remuneração dos serviços que prestou seu marido Agostinho Pereira, como enfermeiro do hospital provisorio, estabelecido na quinta da Pegada em Obidos, por occasião da epidemia de cholera morbus em 1856, de que falleceu, e em attenção ás penosas circumstancias em que a supplicante e sua filha menor ficaram pelo fallecimento de seu marido e pae, devendo porém cessar a pensão no caso que a agraciada passe a segundas nupcias.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de junho de 1860.—REL.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 30 do corrente mez, perante os respectivos commissarios dos estudos, as cadeiras de instrucção primaria (1.º grau) de Corte do Pinto, Ferreira, Moura e Serpa, no districto de Beja; Celorico de Basto, no de Braga; Penella e Taveiro, no de Coimbra; Portel e S. Marcos do Campo, no de Evora; S. Salvador do Souto da Carpalhosa, no de Leiria; Monte Redondo, no de Lisboa; S. Lourenço de Asnes e Villa de Cabiz, no do Porto; cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas, excepto a de Moura, que tem 50\$000 réis pela camara municipal.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parcho, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde proveem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 23 de junho de 1860.—O conselheiro director geral,
José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

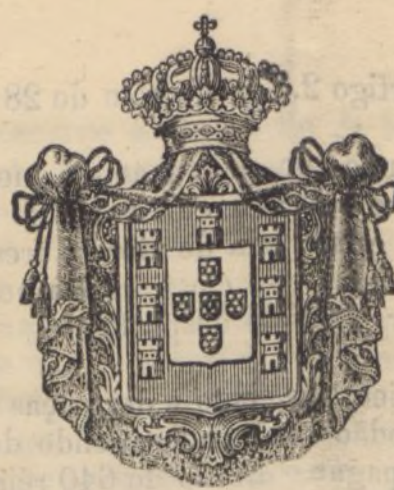
1.ª Repartição

Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista das informações recebidas do vigario capitular do bispado de Elvas, resolver que se abra concurso para o provimento da vigaria canonica da sé cathedral de Elvas; observando-se quanto aos actos do concurso o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (Diario n.º 205); e pelo que respecta ao prazo d'elle, o que se dispoz na portaria de 31 de agosto de 1850 (Diario n.º 207). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao referido vigario capitular de Elvas, para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 20 de junho de 1860.
—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Sendo presente a Sua Magestade El-Rei a informação e parecer que o vigario geral do bispado de Castello Branco fez subir por este ministerio com o resultado do concurso a que se mandou proceder para o provimento da igreja parochial de S. Salvador de Monsanto, da referida diocese; e conhecendo-se pelo exame e processo respectivo, que por parte dos concorrentes se não satisfaz devidamente a uma das condições do concurso, quanto á homilia que são obrigados a escrever: manda Sua Magestade que se abra novo concurso para o provimento da referida igreja; observando-se quanto aos actos do concurso, o que se acha determinado na portaria de 30 de agosto de 1847 (Diario n.º 205); e pelo que respecta ao prazo d'elle, o que se dispoz na portaria de 22 de agosto de 1849 (Diario n.º 199). O que o mesmo augusto senhor manda assim participar ao vigario geral do bispado de Castello Branco, para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 25 de junho de 1860.
—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno	12\$000
Por seis mezes	6\$600
Por tres mezes	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

N.º 435—III.ª e ex.ª sr.—Tenho a honra de remetter a v. ex.ª os mappas estatísticos do numero de individuos que nos districtos do Porto e Villa Real usavam de vara e covado, e que actualmente usam

do metro. Estes mappas foram confeccionados pelas informações obtidas das camaras municipales d'aquelles districtos.

Deus guarde a v. ex.ª Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 26 de abril de 1860.—III.ª e ex.ª sr. Antonio de Serpa Pimentel, ministro das obras publicas, commercio e industria.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.

Mappa estatístico do numero de individuos que no seu commercio usavam de vara e covado em 31 de dezembro de 1859

DISTRICTO DO PORTO

CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
			Vara	Covado	
Amarante	Anciães	2	2	1	87
	Athayde e Real	5	5	1	
	Candemil	7	7	6	
	Cepellos	3	3	3	
	Gondar	1	1	1	
	Magdalena	2	2	2	
	Mancellos	1	1	1	
	Padomello	1	1	1	
	Santa Christina de Figueiró	1	5	4	
	S. Thiago de Figueiró	9	10	10	
	S. Gonçalo	1	1	1	
	S. Payo de Oliveira	1	1	1	
	S. Salvador do Monte	1	1	1	
	Travancas	10	7	6	
	Villa Chã	1	1	1	
Baão	Ancede	8	8	8	101
	Campello	5	5	5	
	Freude	3	3	3	
	Gestação	2	2	2	
	Gove	3	3	3	
	Loivos da Ribeira	3	3	2	
	Santa Cruz	7	7	5	
	Santa Leocadia	3	3	3	
	Santa Marinha	2	2	2	
	S. Thomé	7	7	7	
	Teixeira	2	2	2	
	Treosuras	1	1	1	
	Valladares	1	1	1	
	Costoias	1	1	1	
	Infesta	3	3	3	
Bouças	Labruge	6	6	6	34
	Lavra	5	5	5	
	Leça de Palmeira	5	5	5	
	Mathosinhos	3	3	2	
	Nevoilhe	1	1	1	
	Parafita	1	1	1	
	Santa Cruz do Bispo	1	1	1	
	S. Martinho de Aldeia	1	1	1	
	Ayres	3	3	3	
	Borba	6	6	6	
	Caramos	1	1	1	
	Idaés	3	3	2	
	Jagueiros	2	2	1	
	Lagares	1	1	1	
	Machela	14	14	14	
Felgueiras	Margaride	4	4	4	103
	Moure	1	1	1	
	Pedreira	1	1	1	
	S. Jorge de Vizella	4	4	4	
	Sendim	2	2	2	
	Sonsa	1	1	1	
	Torrallos	5	5	5	
	Villa Cova	2	2	2	
	Villa Fria	2	2	2	
	Villa Verde	2	2	2	
	Gondomar (a)	1	1	1	
	Lousada (b)	1	1	1	
	Agua Santa	4	4	4	
	Avellida	3	3	3	
	Folgosa	3	3	3	
Maia	Gemunde	2	2	2	44
	Gondim	3	3	3	
	Guilhabreu	1	1	1	
	Milheiros	1	1	1	
	Mosteiro	1	1	1	
	Nogueira	3	3	3	
	Salvador de Moreira	1	1	1	
	Santa Maria de Avioso	1	1	1	
	S. Martinho da Barca	1	1	1	
	S. Miguel de Barreiros	1	1	1	
	S. Pedro de Avioso	1	1	1	
	S. Pedro Fins	1	1	1	
	S. Romão de Vermoim	1	1	1	
	Silva Escuro	1	1	1	
	Nossa Senhora de Telha	2	2	2	
Marco de Canavezes	Villar do Pinheiro	2	2	2	189
	Alpendurada e Mattos	4	4	4	
	Ariz e S. Paio de Favos	21	21	21	
	Constance	4	4	4	
	Folhada	5	5	5	
	Freixo	6	6	6	
	Manhucellos	5	5	5	
	Manuelles	15	15	15	
	Paços de Gaiolo	13	13	13	
	Penha Longa	4	4	4	
	Santa Clara do Torral	5	5	5	
	Santo Lázaro e Tontosa	4	4	4	
	S. Martinho de Sande	8	8	8	
	Solihães	7	7	7	
	Taboado	8	8	8	
Paços de Ferreira	Thecias e Avessadas	6	6	6	86
	Varzea do Douro	6	6	6	
	Varzea e S. Martinho	10	10	10	
	Villa Boa do Bispo	11	11	11	
	Villa Boa de Quires	3	3	3	
	Arreigada	2	2	2	
	Assora	1	1	1	
	Carvalhosa	7	7	7	
	Codegos	1	1	1	
	Eiriz	1	1	1	
	Ferreira	4	4	4	
	Figueiró	3	3	3	
	Frazão	12	12	12	
	Freamunde	1	1	1	
	Lameo	10	10	10	
Paredes	Meixomil	2	2	2	48
	Modellos	2	2	2	
	Paços	2	2	2	
	Pena Maior	12	12	12	
	Raimonda	14	14	14	
	Sanfins	1	1	1	
	Aguiar de Sousa	1	1	1	
	Battar	3	3	3	
	Besteiros	2	2	2	
	Christellos	1	1	1	
	Castellões	1	1	1	
	Cette	2	2	2	
	Gandra	1	1	1	
	Lordello	2	2	2	
	Mouriz	3	3	3	
Penafiel (c)	Rebordosa	3	3	3	50
	Recarei	3	3	3	
	Vaudoma	1	1	1	
	Villela	4	4	4	
	Barqueiro	5	5	5	
	Oliveira	2	2	2	
	Santa Christina	6	6	6	
	S. Nicolau	4	4	4	
	Villa Juzá	1	1	1	
	Villa Marim	18	18	18	
	Mesão Frio	1	1	1	
	S.ª Martha de Penaguião (b)	1	1	1	
	Barqueiro	5	5	5	
	Oliveira	2	2	2	
	Santa Christina	6	6	6	
	S. Nicolau	4	4	4	
	Villa Juzá	1	1	1	
	Villa Marim	18	18	18	

CONCELHOS	FREGUEZIA	NUMERO DE INDIVIDUOS	NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
			Vara	Covado	
Porto	Transporte	3	3	3	692
	Bomfim	5	5	5	
	Campanhã	5	5	5	
	Cedofeita	14	2	14	
	Lordello do Oiro	6	6	-	
	Massarelllos	6	6	-	
	Miragaia	3	3	3	
	Paranhos	18	20	21	
	Santo Ildefonso	7	7	7	
	S. João da Foz	13	15	8	
	S. Nicolau	97	97	80	
	Sé	33	33	33	
	Victoria				
Povoa de Varzim	Amorim	2	2	2	99
	Argivac	2	2	2	
	Balazar	2	2	2	
	Beiriz	1	1	1	
	Estella	-	-	-	
	Laundos	15	15	1	
	Nabaaes	-	-	-	
	Nossa Senhora da Conceição	34	36	22	
Rates	3	3	2	2	
Terroso	6	6	2		
Santo Thyrsio	Areias	1	1	1	42
	Alvarellhos	1	1	1	
	Guidões	1	1	1	
	Reguenga	1	1	1	
	Santo Thyrsio	6	9	9	
	S. Christovão	1	1	1	
	S. Mamade do Coronado	1	1	1	
	S. Mamade de Negrelllos	1	1	1	
	S. Martinho do Bougado	1	1	1	
	S. Martinho do Campo	1	2	2	
	S. Thomé de Negrelllos	1	1	1	
Villarinho	1	1	1		
Vallongo	Asmes	1	1	1	28
	Sobrado	2	2	2	
	Vallongo	11	11	11	
Villa do Conde	Arcoes	-	-	-	87
	Arvore	-	-	-	
	Azurara	3	3	3	
	Bagunte	10	10	2	
	Comidello	1	1	1	
	Fajozes	2	2	2	
	Ferreiró	-	-	-	
	Formariz	-	-	-	
	Fornello	3	2	3	
	Gião	4	4	3	
	Junqueira	7	7	2	
	Macieira	2	2	2	
	Malta	1	1	1	
	Mindello	3	3	2	
	Modivas	6	6	3	
	Outeiro	-	-	-	
	Parada	1	1	-	
	Retorta	-	-	-	
	Rio Mau	-	-	-	
	Santagães	-	-	-	
	Torgues	-	-	-	
Tonguinha	10	10	-		
Touguinhó	4	4	-		
Vairão	3	3	3		
Villa Chã	1	1	-		
Villa Real	Villa do Conde	9	9	9	22
	Villar	2	2	2	
Villa Nova de Gaia (d)		-	-	-	-
Total das medidas lineares					1.349

CONCELHOS	FREGUEZIAS	NUMERO DE INDIVIDUOS		NUMERO DE MEDIDAS		TOTAL
		Vara	Covado	Vara	Covado	
Mondim de Basto.....	Athei.....	5	5	5	5	128
	Ermele.....	1	1	1	1	
	Mondim.....	2	2	2	2	16
	Paradella.....	2	2	2	2	
	Paradella.....	2	2	2	2	
	Villar de Ferreiros.....	2	2	2	2	
	Cabril.....	3	3	3	3	
	Camões.....	2	2	2	2	
	Cervos.....	2	2	2	2	
	Chã.....	10	10	10	10	
Mont'Allegre.....	Contim.....	3	3	3	3	
	Covellas.....	2	2	2	2	
	Covello do Gerez.....	2	2	2	2	
	Donões.....	1	1	1	1	
	Ferrel.....	4	4	4	4	
	Ferrel.....	4	4	4	4	
	Fias do Rio.....	2	2	2	2	
	Grallhas.....	2	2	2	2	
	Monte Alegre.....	5	5	5	5	
	Morgado.....	2	2	2	2	
Murça (e).....	Negreiros.....	2	2	2	2	
	Outeiro.....	2	2	2	2	
	Padomellos.....	2	2	2	2	
	Padroso.....	2	2	2	2	
	Paradella.....	2	2	2	2	
	Pitões.....	2	2	2	2	
	Pondras.....	2	2	2	2	
	Reigoso.....	3	3	3	3	
	Salto.....	3	3	3	3	
	Santo André.....	3	3	3	3	
Peso da Regua.....	Sarminhos.....	2	2	2	2	
	Seselhe.....	2	2	2	2	
	Solveira.....	2	2	2	2	
	Touren.....	3	3	3	3	
	Venda Nova.....	2	2	2	2	
	Viade.....	2	2	2	2	
	Villa da Ponte.....	2	2	2	2	
	Villar de Perdigões.....	6	6	6	6	
	Covellinhas.....	1	1	1	1	
	Fonfelas.....	17	17	17	17	
Ribeiro de Pena.....	Galafusa.....	3	3	3	3	
	Godim.....	5	5	5	5	
	Loureira.....	6	6	6	6	
	Moura Morta.....	5	5	5	5	
	Peso da Regua.....	19	19	19	19	
	Poyares.....	18	18	18	18	
	Sedellos.....	15	15	15	15	
	Villariño dos Freires.....	2	2	2	2	
	Salvador.....	2	2	2	2	
	Santa Marinha.....	3	3	3	3	
Sabrosa.....	S. Pedro.....	3	3	3	3	
	Covas do Douro.....	5	5	5	5	
	Goivães.....	3	3	3	3	
	Passos.....	1	1	1	1	
	Provezende.....	3	3	3	3	
	Sabrosa.....	6	6	6	6	
	S. Martinho de Anta.....	1	1	1	1	
	Souto Maior.....	8	8	8	8	
	Agua Revez.....	5	5	5	5	
	Argeriz.....	13	13	13	13	
Valle Passos.....	Canayezes.....	4	4	4	4	
	Carnazedo de Monte Negro.....	10	10	10	10	
	Curros.....	3	3	3	3	
	Ervães.....	7	7	7	7	
	Fornos do Pinhal.....	15	15	15	15	
	Jou.....	3	3	3	3	
	Lebução.....	4	4	4	4	
	Nozede.....	2	2	2	2	
	Padrella.....	7	7	7	7	
	Possuco.....	2	2	2	2	
Villa Pouca de Aguiar.....	Rio Torto.....	2	2	2	2	
	Santins.....	3	3	3	3	
	Santa Valha.....	4	4	4	4	
	S. João.....	6	6	6	6	
	S. Pedro.....	3	3	3	3	
	S. Thiago.....	3	3	3	3	
	Sarapicos.....	3	3	3	3	
	Sonin.....	2	2	2	2	
	Tinhella.....	9	9	9	9	
	Valle Passos.....	12	12	12	12	
Villa Real.....	Valles.....	5	5	5	5	
	Vassal.....	2	2	2	2	
	Veiga de Lila.....	2	2	2	2	
	Villanrandello.....	2	2	2	2	
	Alfarella.....	2	2	2	2	
	Bornos.....	2	2	2	2	
	Villa Pouca.....	7	7	7	7	
	Abbaças.....	21	21	21	21	
	Adoré.....	7	7	7	7	
	Andrés.....	16	16	16	16	
Villa Real.....	Aroitos.....	1	1	1	1	
	Borbella.....	1	1	1	1	
	Campeã.....	10	10	10	10	
	Constantino.....	1	1	1	1	
	Ermita.....	2	2	2	2	
	Folhadella.....	12	12	12	12	
	Guilães.....	1	1	1	1	
	Lamare.....	6	6	6	6	
	Lordello.....	6	6	6	6	
	Matheus.....	2	2	2	2	
Villa Real.....	Mondrões.....	3	3	3	3	
	Monçõs.....	10	10	10	10	
	Nogueira.....	7	7	7	7	
	Pedraia.....	3	3	3	3	
	Pena.....	3	3	3	3	
	Quintã.....	1	1	1	1	
	S. Thomé.....	6	6	6	6	
	Torgueda.....	9	9	9	9	
	Valle Nogueiras.....	3	3	3	3	
	Villa Cova.....	2	2	2	2	
Villa Real.....	Villa Marin.....	11	11	11	11	
	Villa Real (S. Domingos).....	8	8	8	8	
	Villa Real (S. Pedro).....	26	26	26	26	
	Villa Real de Samardão.....	3	3	3	3	
	Total das medidas lineares.....	792	792	792	792	

(a b c) As camaras municipais destes concelhos ainda não enviaram os mappaes que por esta inspecção geral lhes foram pedidos.
Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 26 de abril de 1860.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.
Está conforme.—Repartição central, em 27 de abril de 1860.—Ernesto de Faria.

COMISSÃO DAS PAUTAS

RESOLUÇÃO N.º 201

A comissão das pautas:
Visto o processo de contestação ocorrida na alfândega de Ponta Delgada sobre a classificação de dezesseis peças de tecido, apresentadas a despacho por Moisés Benichin, negociante da mesma cidade;
Vista a informação dos verificadores, e o parecer do director da mesma alfândega;
Vista e examinada a amostra que acompanhou o referido processo;
Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;
Considerando que na fazenda, que faz o objecto desta contestação, se reconhece um fio cuja materia offerece resistencia, e cuja fibra tem grande extensão, o que a exclue de poder ser classificada como tecido de algodão;
Considerando que estas qualidades, e o lustro da referida fazenda, são só proprias dos tecidos de linho, como se verificou ser, pelos exames, e processo, a que foi submettido o mesmo tecido;
Resolve:
Artigo unico. As dezesseis peças de tecido apresentadas a despacho na alfândega de Ponta Delgada, por Moisés Benichin, estão comprehendidas no artigo 309.º da pauta, e devem pagar 400 réis por arratel estabelecido ao panno de Irlanda e suas imitações.
Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 23 de junho de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu, relator.
Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

RESOLUÇÃO N.º 202

A comissão das pautas:
Visto o processo de contestação ocorrida na alfândega do Porto por occasião de se apresentarem

a despacho vinte e sete peças de tecidos de algodão estampados, pertencentes a Daniel Maria Teixeira de Queiroz;
Visto o parecer dos verificadores, e a opinião do director interino da referida alfândega;
Vistas as amostras que acompanharam o sobre-dito processo;
Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;
Considerando que a fazenda de que se trata não tem a finura nem o tecido dos acolchoados que fizeram o objecto da resolução n.º 50, na qual se fundam os verificadores para como taes a classificarem;
Considerando, que a grossura do tecido, apesar de não ser lizo, o colloca na classe dos cotins estampados, como tem sido classificados, e despachados, na alfândega grande de Lisboa;
Resolve:
Artigo unico. As vinte e sete peças de cotins estampados apresentados a despacho na alfândega do Porto, por Daniel Maria Teixeira de Queiroz, estão comprehendidas no artigo 46.º da pauta, e devem pagar 220 réis por arratel.
Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 23 de junho de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu, relator.
Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

RESOLUÇÃO N.º 203

A comissão das pautas:
Visto o processo de contestação que teve lugar na alfândega do Porto sobre a classificação de cento e dez peças de algodão tecido em lenços, apresentadas a despacho por Domingos Antonio Gonçalves Braga;
Vista a informação dos verificadores, e o parecer do director interino da referida alfândega;
Vista e examinada a amostra que acompanhou o mencionado processo;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;

Considerando que, pelo exame a que se procedeu, a fazenda que veio por amostra é de algodão tecido em cassa estampada de vinte e tres fios em lenços, e que contra esta classificação nenhuma razão se allega por parte do despachante;

Resolve:
Artigo unico. As cento e dez peças de lenços de cassa de algodão estampados, sendo de vinte e tres fios, devem pagar o direito de 640 réis por arratel, que lhe marca a pauta no artigo 33.º

Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 23 de junho de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões—Joaquim Larcher, relator—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu.

Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

RESOLUÇÃO N.º 204

A comissão das pautas:
Visto o processo de contestação levantada na alfândega do Porto sobre a classificação de quarenta peças de lenços de seda pertencentes a Eduardo Katzensten;
Vista a informação dos verificadores, e o parecer do director interino da referida alfândega;
Vista a amostra junta ao processo, e a allegação do despachante;

Visto o artigo 2.º do decreto de 28 de dezembro de 1852;
Considerando que a qualidade dos lenços que se apresentam por amostra, ainda que sejam com o centro lizo, têm contido a cercadura lavrada de cores, o que os exclue de poderem ser classificados como lenços de algebeira de uma só cor ou estampados;

Considerando que, não lhes sendo applicavel a referida classificação, como já foi decidido pela resolução n.º 155 desta comissão, os referidos lenços entram na classe de todas as outras qualidades, contra o que nada se encontra allegado pelo despachante;

Resolve:
Artigo unico. As quarenta peças de lenços propostas a despacho na alfândega do Porto, por Eduardo Katzensten, estão comprehendidas na resolução n.º 155, e devem pagar o direito de 26500 réis por arratel, estabelecido no artigo 303.º da pauta a todas as qualidades de lenços de seda que não forem de algebeira.

Esta resolução foi adoptada em sessão da comissão das pautas de 23 de junho de 1860, estando presentes os vogaes abaixo assignados.—Visconde de Castellões, relator—Joaquim Larcher—José Alexandre Rodrigues—Sebastião José de Abreu.
Está conforme.—Matheus Gregorio Rodrigues da Costa.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que precisa arrematar em hasta publica o fornecimento dos seguintes generos para o consumo do gado da abegaria da limpeza da cidade; a saber: cento e quarenta e quatro moios de cevada, a entregar doze por mez; trinta moios de fava, a entrar no mez de julho proximo; dez a doze alqueires de sementes por dia; seis mil pannos de palha de trigo, sendo quinhentos pannos por mez; e vinte carradas de feno. Esta arrematação ha de ser por um anno, a começar em julho proximo, e findar em junho de 1861, com as seguintes condições, e as mais que no acto da arrematação forem presentes: 1.º os concorrentes devem apresentar as amostras dos generos que pretendem fornecer; 2.º os pagamentos serão trinta dias depois de entregues. As pessoas a quem convier podem comparecer na casa da camara no dia 9 de julho, pela uma hora da tarde, no qual local terá lugar a arrematação dos mencionados generos, se os preços que forem propostos satisfizerem a veracção.

Camara, em 26 de junho de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

CAMARA MUNICIPAL DE BELEM

A camara municipal de Belem faz saber o seguinte:
Que, em quanto não se achar superiormente approvado o orçamento geral da receita e despesa d'este concelho para o anno economico de 1860 a 1861, continua a vigorar no mesmo anno o actual orçamento conforme a disposição do artigo 154.º do codigo administrativo;
Que n'estes termos subsistam do 1.º de julho proximo futuro em diante as actuaes contribuições municipales, que são:
16 réis em arratel de carne verde de gado vacum, lanigero ou cabrum;
16 réis em arratel de carne verde de gado suino, e secca fumada ou de qualquer modo preparada;
20 réis em canada de vinho;
20 réis em canada de azeite;
20 réis em canada de aguardente, cerveja, genebra, licor e qualquer bebida espirituosa;
50 réis em alqueire de farinha de trigo espadada ou de qualquer modo fabricada.

Que todos os individuos sujeitos a contribuição de 50 réis em alqueire de farinha de trigo espadada ou de qualquer modo fabricada (a qual a camara tem resolvido não arrematar por em quanto) são obrigados do 1.º de julho em diante a pagarem directamente no cofre do municipio as importancias, pelas quaes forem responsaveis, relativas á mesma contribuição;
Que os respectivos manifestos deverão ser feitos na estação fiscal, estabelecida no pateo d'este concelho;

Que, finalmente, quanto ás outras contribuições, tanto as que se acham já arrematadas, como aquellas, cuja arrematação se annunciou para o dia 28 do corrente, opportunamente se dará conhecimento por editaes do que possa interessar os contribuintes.
Pago do concelho de Belem, 26 de junho de 1860.—O vice-presidente, servindo de presidente, Francisco Evangelista Pacheco.

HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A comissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciare que no dia 30 do corrente mez, pelas onze horas, se ha de proceder no dito estabelecimento á venda em praça publica de diferentes objectos de ouro e prata inuteis para o serviço do referido hospital.
Contadoria do hospital de S. José, em 26 de junho de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araújo e Silva.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

O conselho de saude naval e do ultramar precisa contratar, mediante condições que serão patentes aos concorrentes, o fornecimento de pão alvo, azeite de oliveira, carne de vacca, e generos de mercaderia, para dietas dos doentes do hospital da marinha, durante o semestre que decorre de julho a dezembro do presente anno. As pessoas a quem possa convir tal fornecimento queiram comparecer no mesmo hospital no proximo sabbado 30 do corrente.

Hospital da marinha, 23 de junho de 1860.—Dr. Francisco Frederico Hopffer, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíra, a 30 do corrente, para o Rio de Janeiro, o lugre portuguez Julio; e a 4 do julho, para Cabo Verde, a escuna Emilia.
A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.
Administração central do correio de Lisboa, em 26 de junho de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 26 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES
Aos tres quartos depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 72 srs. deputados.
O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações de voto:

1.º Declaro que, na sessão de 25 de junho corrente, por occasião da votação do artigo 5.º, votei a favor das seguintes propostas para excepções do tributo:
1.º Do sr. Rocha Peixoto, em todos os cinco §§ da proposta;
2.º Do sr. Aragão Mascarenhas, em relação ás cavalgaduras de serviço pessoal dos lavradores;
3.º Do sr. Henriques Secco, em relação ás cavalgaduras dos parochos, etc.—F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria.
2.º Declaramos que, na sessão de 25 do corrente, votámos em favor do additamento do sr. Henriques Secco, para que não fossem tributadas as cavalgaduras do serviço pessoal dos parochos e coadjutores, dos clinicos (medico ou cirurgião) e veterinario; e uma parrelha com o respectivo vehiculo de duas ou quatro rodas para o serviço de cada um prelado diocesano.—Julio de Carvalho Sousa Telles—Domingos de Barros Teixeira da Motta—José Luiz Alves Peixoto.

Mandam-se igualmente lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Gouveia Osorio, de que o sr. Pequeto não compareceu á sessão de hontem, não comparece á de hoje, e a mais algumas, por motivo justificado.—Inteirada.

2.º Do sr. Frazão, de que o sr. Pinto de Albuquerque não pôde comparecer á sessão de hoje, por incommodo de saude.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Soares Franco, participando que, por motivo de doença, não pôde comparecer á sessão de hontem, não assiste á de hoje, e talvez a mais algumas.—Inteirada.

2.º Da camara dos dignos pares, acompanhando a relação das proposições de lei que lhe foram enviadas d'esta camara, e ali approvadas.—Para o archivo.

3.º Do ministerio do reino, dando as informações pedidas pelo sr. Julio do Carvalho, acerca do antigo hospital de Chaves.—Para a secretaria.

4.º Do ministerio da guerra, devolvendo informado o requerimento do capitão D. Pedro Mascarenhas Vellasquez.—A comissão de guerra.

5.º Do mesmo ministerio, devolvendo informado o requerimento do tenente coronel Simão Chaves Pimentel.—A mesma comissão.

6.º Do mesmo ministerio, devolvendo informado o requerimento de José Maria Ribeiro.—A mesma comissão.

7.º Do mesmo ministerio, devolvendo, com as informações pedidas, o requerimento do major Antonio Pereira Dias.—A mesma comissão.

8.º Do ministerio da marinha, dando as informações pedidas pelo sr. Rocha Peixoto relativamente ao despacho do juiz da relação de Goa, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro.—Para a secretaria.

9.º Uma representação da camara municipal de Vallongo, pedindo a criação de uma comarca com a sede nesta villa.—A comissão de estatistica, ouvida a de legislação.

10.º Da camara municipal de Peniche, pedindo que, no caso que se extinguam os juizes ordinarios, se crie uma nova comarca com a sua sede em Peniche.—As mesmas comissões.

11.º Da camara municipal de Proença a Nova, pedindo uma estrada que ligue Coimbra com o alto Alentejo, passando pelo porto da Amieira.—Ao governo.

12.º Da camara municipal de Silves, reclamando contra a proposta constante do Diario de Lisboa de 24 de maio ultimo, na parte que supprime o lyceu nacional de Faro.—A comissão de instrução publica.

13.º Das religiosas do mosteiro de Lorvão, contra a desamortisação dos bens das freiras.—As comissões ecclesiasticas e de fazenda.

14.º Dos povos das freguezias de Vil de Mattos, Barco, e de Ançã, pedindo providencias que evitem os conflictos que se estão dando sobre a cultura do arroz; e reparação dos aggraves de que se queixam, nascidos d'esses conflictos.—A comissão de administração publica, ouvida a de saude publica, e mandada imprimir no Diario de Lisboa.
Da-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

apresentado mais trabalhos, é porque o governo, em consequência de afazeres da governação do estado, não tem podido concorrer ao seio da comissão para acordar com ella sobre os objectos que lhe estão affectos.

O sr. Almeida Pessanha:—pede á commissão de poderes que dê o seu parecer sobre a eleição de Macau, visto existirem segundo lhe consta na commissão as actas e mais papeis relativos a essa eleição, assim como o diploma do sr. deputado eleito, o qual está em Lisboa.

Pede á commissão de agricultura, e á de commercio e artes, que dêem com a maior brevidade possível o seu parecer relativamente a proposta apresentada pelo governo em 20 de maio, sobre a revogação da legislação commercial dos vinhos. É um negocio importantissimo e com o qual prendem os mais valiosos interesses da agricultura e do commercio.

O sr. Visconde de Pindella:—como secretario da commissão de agricultura, declara que este projecto ainda lhe não foi remetido pela commissão de commercio; logo que o seja a commissão não se demorará em dar o seu parecer.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO ESPECIAL DO PROJECTO N.º 49 SOBRE O CREDITO PREDIAL.

O sr. Gaspar Pereira (sobre a ordem):—a occasião de fazer mais amplas considerações acerca da proposta do credito predial que se acha em discussão, passou: não tomou parte desde o principio n'esta discussão, porque entendeu que era desnecessario o seu contingente n'este assumpto, e mesmo não lhe foi possível fazê-lo. Pretende unicamente mandar uma proposta para a mesa, servindo ella tambem para motivar o voto que tem de dar sobre um dos artigos do projecto do credito predial.

Não vê na proposta do sr. ministro senão motivos para louvar a s. ex.ª por ter apresentado uma proposta sobre um objecto tão importante, como é o registro das hypothecas; motivos para louvar a s. ex.ª por ter empregado todos os esforços para que esta proposta seja convertida em lei. Não quer dizer com isto que entenda que este projecto é perfeito em todas as suas partes; basta ser obra dos homens para que lhe falte essa perfeição; mas entende que attendidas algumas das indicações mandadas para a mesa por muitos dos srs. deputados, a lei sairá perfeita tanto quanto seja possível, e poderá d'ella resultar conveniencia ao paiz.

A sua emenda diz respeito unicamente ao artigo 84.º do projecto, que trata das conservatorias. Não se oppõe a que haja conservatorias em Lisboa, Porto, ou em outras comarcas de 1.ª classe, quando as necessidades do serviço assim o exigiam; mas oppõe-se a que se estabeleçam em todas as comarcas do reino e ilhas adjacentes. Entende que as conservatorias da maneira que se estabelece o artigo do projecto, são um onus, e entende que o serviço que ali se reclama dos conservadores pôde ser feito por outro, sem que resulte esse onus, dando-se ao mesmo tempo uma conveniencia que se deve ter em vista.

É debaixo d'estes fundamentos e por estes principios que manda para a mesa uma proposta, cuja idéa não é nova, mas não é exactamente como uma que foi aqui apresentada por parte do sr. Pinto Coelho, e como faz differença e differença bastante, por isso a submete á decisão da camara.

A proposta é concebida nos seguintes termos:

«Artigo 84.º Nas cidades de Lisboa e Porto, haverá o numero de conservatorias que for exigido pela conveniencia do serviço, com tanto que não excedam o numero de tres na primeira d'estas cidades, e de duas na segunda.

§ 1.º Nas comarcas de 1.ª classe haverá um conservador, se for assim exigido pela conveniencia do serviço.

§ 2.º Nas comarcas de 1.ª, aonde a conveniencia do serviço não exigir que haja um conservador do registro privativo, e em todas as outras serão conservadores do registro os delegados do procurador regio.—Gaspar Pereira.

É admittida á discussão.

O sr. Gonçalves de Freitas:—a camara comprehenderá de certo a posição difficil e embaraçosa em que se acha collocado, tendo de responder aos srs. deputados que têm fallado sobre o assumpto, que têm prendido as atenções da camara, e que a têm arrebatado com a eloquencia e erudição dos seus discursos. É realmente grande temeridade da sua parte contrapor a sua voz humilde e desconhecida á de juriconsultos tão autorisados e tão respeitáveis; temeridade que perante a sua consciencia só pôde justificar-se pelas circumstancias excepcionaes da sua situação. E se não fora o dever imperioso que o chama a este debate difficil, assegurá a camara que não teria a vaidade de aceitá-lo. Este constrangimento é para elle, orador, tanto maior quanto ainda lhe soam aos ouvidos as phrases severas, que um juriconsulto distincto, na ultima sessão, tendo a palavra sobre a ordem, dirigiu á commissão.

Não pretende disfarçar-se d'essa acceção censura que houve por bem fazer o illustre deputado: clamando que objectos d'esta ordem, que pontos tão transcendentes de legislação fossem confiados ao estudo e exame de pessoas incompetentes, de pessoas que não tinham as habilitações necessarias para poderem confeccionar e apresentar um trabalho perfeito em assumpto tão importante.

A censura é realmente verdadeira em quanto a elle, orador, e se alguma cousa havia para lamentar, era unicamente a falta de generosidade com que esse sr. deputado o tratou, porque s. ex.ª não precisava empregar taes meios para dar autoridade aos seus argumentos. Mas esta censura que em quanto a elle, orador, só é menos generosa, relativamente aos seus collegas não pôde deixar de a reputar injusta e mal cabida, porque entre os membros da commissão ha cavalheiros que na magistratura e na advocacia têm dado exuberantes provas do seu merito e de conhecimentos de jurisprudencia pratica, e todos na sua vida publica têm attestado a sua intelligencia.

O sr. deputado que tanto menosprezou o trabalho da commissão, foi o primeiro a reparar logo depois a injustiça das suas arguições, devendo presumir-se que approvou esse trabalho na parte em que não o impugnou, e que não propoz que fosse emendado. E as suas emendas não estão em harmonia com as graves accusações declaratorias que dirigiu contra o projecto. As emendas do illustre deputado não são muito vastas, são até restrictas e limitadas, e espera que os membros da commissão, apesar da incompetencia com que s. ex.ª os fulminou, não de combates, e demonstrem que, nem toda a jurisprudencia pratica se acha consubstanciada no sr. deputado, e que nem sempre o nome e autoridade de juriconsulto é sufficiente garantia da boa doutrina.

Tratará de responder em primeiro lugar ás observações feitas pelo sr. Moraes Carvalho. Não pôde seguir o nobre deputado nos vãos da sua eloquencia: não o pôde acompanhar na phrase elevada e vigorosa, e sente ter de despir as idéas do illustre deputado das galas com que elle soube adorná-las, para as sujeitar á sua modesta argumentação, e combates-las mais facilmente na sua simplicidade.

S. ex.ª começou por analysar o titulo do codigo, e não deixou de reconhecer, que esse titulo era adequado; e quando esperava que s. ex.ª defendesse a designação do codigo que havia sido combatida pelo sr. Ferrer, viu um pouco admirado que s. ex.ª

tambem achava o titulo demasiadamente pomposo ou portentoso. No entanto não nos disse qual devia ser esse titulo mais modesto, que se devia dar a este complexo de disposições.

Parece-lhe que o illustre deputado explicaria o seu pensamento, dizendo que este codigo, posto que encerrasse bellas doutrinas, devia encontrar no entanto obstaculos invencíveis na sua realisação, e esses obstaculos, que s. ex.ª enunciou, foram: 1.º, a vinculação da terra; 2.º, os privilegios bancarios.

Quanto á vinculação da terra, s. ex.ª fez doudas observações, e cre elle, orador, que não ha intelligencia n'este paiz que franca e sinceramente se não associe ao illustre deputado. N'este ponto foi s. ex.ª completamente de accordo com a commissão. É certo que a vinculação da terra é um dos grandes tropeços para o desenvolvimento do credito predial, e para a boa realisação do projecto; e acha realmente conveniente, que em assumpto d'esta ordem, quando se trata de introduzir na nossa legislação um melhoramento de tanta importancia, appareçam na discussão bem sensíveis estes inconvenientes dos vinculos, que se oppõem não só a este melhoramento, mas a muitos outros e a muitas outras medidas de diverso alcance, para ver se assim os poderes publicos se dispertam e resolvem um dia a dar um golpe incisivo n'esta instituição odiosa. A commissão foi toda d'este parecer, e assim o declarou.

No entanto, este obstaculo, que realmente é grande, não lhe parece que destrua completamente a acção e efficacia do projecto que se discute; parece-lhe que o illustre deputado exagerou um pouco a gravidade do mal, porque julga que no nosso paiz ainda ha propriedades livres, para as quaes aproveitam os beneficios d'esta lei; e quando chegarmos á epocha de conseguirmos a liberdade da terra; quando obtivermos esta conquista tão importante a tantos respeito, então toda essa propriedade, que hoje está presa, virá encontrar tambem a beneficiação d'esta lei; mas não vê inconveniente em que esta se promulgue antes de extincção dos vinculos.

Lembra-se por esta occasião responder a uma observação feita pelo sr. deputado Pinto Coelho.

Disse o sr. Pinto Coelho, que quando ouviu fallar em codigo de credito predial entendera que se tratava de uma compilação do que havia em direito n'esta materia; s. ex.ª entendeu que este codigo não era mais do que o complexo das disposições legislativas que havia já sobre esta materia.

Não sabe como s. ex.ª podesse presumir por um momento semelhante cousa. Se se tratasse de compilar as disposições legislativas existentes sobre esta materia, não era de certo necessario trazer este codigo á sancção do parlamento, e alem d'isso a insufficiencia da nossa legislação n'este ponto é conhecida por todos, pouco havia a compilar (apoiados).

O segundo obstaculo que o sr. Moraes Carvalho encontrou para a realisação do codigo, e para o estabelecimento do credito predial, foi nos privilegios bancarios.

A commissão não deixa de reconhecer que este privilegio pôde ser um grande obstaculo á realisação d'esta lei; entretanto ella entende tambem que o governo, que propoz a lei, não podia se não consignar no projecto a disposição que se acha no artigo 183.º; nem o governo nem a commissão tinham direito para estabelecer disposições que destruissem os privilegios bancarios: a unica cousa que se podia fazer era autorisar o governo a contratar com os bancos, a fim de ver se, seguindo o caminho da legalidade, isto é, por via de novas transações, podia remover este obstaculo. O que é certo é, que não só ha estes obstaculos apontados pelo illustre deputado, mas parece-lhe que ha ainda muitos outros.

O credito predial não pôde unicamente estabelecer-se por esta lei; é necessario crear sobre o novo regimen hypothecario que se estabelece um bom mecanismo financeiro; é necessario que apoz esta lei venham muitas outras reformas.

Conveniu notar que os capitales applicados á terra e á agricultura não se reproduzem immediatamente, como acontece na industria commercial e fabril; apenas podem ir produzindo o interesse necessario para pagamento dos juros; a amortisação só mais tarde pôde effectuar-se. É portanto necessario para o complemento do credito predial mais alguma cousa do que o que se contém n'este projecto; são, sobretudo, necessarios os bancos como intermediarios entre os capitales e a terra; mas nem por isso se pôde tirar d'aqui argumento contra a bondade das disposições que encerra o projecto.

S. ex.ª passando depois a fazer considerações de outra ordem sobre outros inconvenientes que pôde encontrar na pratica o projecto, fallou de um ponto importantissimo qual é o da hypotheca dos tutores. S. ex.ª começou por declarar que era muito difficil conciliar os interesses dos menores e interdictos, com o interesse do credito predial. A conciliação é realmente difficil, mas ha de fazer-se, porque de outra forma, o systema hypothecario desaparece completamente. S. ex.ª deve saber que, quando se confeccionou o codigo civil francez, este objecto mereceu uma séria discussão; então apresentavam-se aos legisladores dois systemas inteiramente diversos, o systema do direito romano, e o systema allemão; um que admittia hypothecas occultas e tacitas, o outro que não admittia senão inteira publicidade. Todas as rasões economicas os levavam a despresarem o primeiro e adoptarem o segundo; mas veio a questão dos interesses dos menores, interdictos, viúvas, de todos esses infelizes a quem a lei e o estado devem protecção, e estas considerações fizeram parar os redactores do codigo, e obrigaram-nos a capitalizar, e a adoptar um systema mixto e vicioso, cujos erros a propria França tem reconhecido, e já emendado em parte. Portanto, é difficil a solução, mas havemos de chegar a ella, porque de contrario o credito predial não pôde existir.

A commissão entendeu que o meio proposto pelo governo era o mais adequado. O encargo da tutela ha de forçosamente recair sobre aquelles que estão nas circumstancias legais de protegerem os interesses dos menores; por consequência não lhe parece demasiado duro que assim como se obriga o tutor a administrar a pessoa e os bens dos menores, e a ter a responsabilidade por esta administração, se lhe imponha mais o onus de garantir o fiel desempenho das suas funcções.

O systema estabelecido no projecto é o mesmo que foi adoptado pela lei belga, e s. ex.ª para o combater foi buscar um argumento forte, apresentado pelo commentador da lei belga, fundado nos factos e inconvenientes que na pratica d'este systema se tem observado em alguns pontos da Belgica. S. ex.ª referiu-se a um trabalho estatístico de mr. Isaac, distincto advogado de Charleroi, publicado em 1854. Por esta estatística se vê realmente que em 1853, de 409 tutelas que tiveram logar no cantão de Charleroi só 6 foram registradas, e de 207 que tiveram logar nos outros cantões do districto, nenhuma foi registrada.

É certo que isto se deu na Belgica, mas o governo considerou estes inconvenientes, e por isso estabeleceu na sua proposta um complexo de disposições que vem completar este systema, e parece-lhe que n'este complexo de medidas está o remedio dos inconvenientes apontados pelo illustre deputado. E note-se que o mesmo commentador da lei belga, apesar dos inconvenientes praticos do systema, como se acha estabelecido na Belgica, ainda assim não é de opinião que se volte ao antigo; quer

que se conserve a disposição da lei n'esta parte, e unicamente faz votos para que se obviem aquelles inconvenientes por meio de outras reformas, que de algum modo são estranhas ao credito predial. Quer por exemplo que se reforme a administração das tutelas, cuja materia tem propriamente assento no codigo civil. Portanto, se assim se pensa em relação á Belgica, aonde não foram adoptadas as disposições, que segundo entende, completam e aperfeiçoam este systema, com melhores fundamentos se pôde elle sustentar em face do projecto que se discute.

S. ex.ª notou que podia dar-se fraude da parte do tutor. Não comprehende bem qual é a occasião em que se pôde dar essa fraude; talvez o illustre deputado se quizesse referir á epocha immediata á da nomeação, presumindo que o tutor nomeado pelo conselho de familia, querendo subtrahir-se ao onus da tutela, fosse alienar simultaneamente todos os seus bens para não sujeitar-se á hypotheca que fosse indicada pelo conselho de familia. Será esta a fraude a que s. ex.ª se refere? Se é, parece-lhe que só em uma hypothese muito rara se poderá dar. Não cre que um homem em que se devem suppor certas qualidades, que tem o bom conceito do conselho de familia, que de certo não irá escolher um homem com tendencias depravadas, seja capaz de taes combinações criminosas contra os interesses dos menores; não entende que essa hypothese se possa dar, que haja um homem que vá commetter um crime grave, para se subtrahir ao onus da tutela, que queira trocar um encargo por uma pena.

O systema apresentado pelo illustre deputado parece-lhe tambem sujeito a inconvenientes. A commissão não entende que o systema que propoz o governo e que ella adoptou seja perfeitissimo; mas acha que é aquelle que melhor pôde conseguir o seu fim. Sujeitar o escrivão do processo a fazer o registro de todos os bens do tutor dentro de quarenta e oito horas, alem de ser uma dureza para este funcionario publico, é uma cousa absolutamente impossivel. Parece-lhe alem disso que não se lucra cousa alguma em tirar esta attribuição ao conselho de familia para a dar ao escrivão. O conselho de familia que na maior parte deve ser composto dos parentes e affins do menor, não preferirá de certo os interesses do tutor aos interesses do menor. Já se disse que o conselho de familia, ligado por vinculos de sangue e de amizade com o tutor, havia de protegê-lo, isentá-lo da hypotheca e pôr em abandono os interesses do menor. Mas os membros do conselho de familia estão ligados pelos mesmos laços senão mais apertados com o menor, e não lhe parece que antepoem ao interesse d'este o do tutor.

Perguntou s. ex.ª, como já tinha perguntado o sr. Ferrer, quem ha de administrar os bens dos menores em quanto houver a pendencia acerca da tutela e da hypotheca? De certo que ha de ser o juiz sob cuja protecção estão os menores; o juiz dará um depositario aos bens de raiz e moveis, depositario judicial que tem grave responsabilidade, e que não deixará ficar em abandono os bens dos menores.

Combateu s. ex.ª o § 14.º do artigo 24.º, dizendo que vai frustar todas as disposições anteriores. O § 14.º é tirado da lei belga, e o commentador d'esta lei sustenta com muita boas rasões esta disposição. Basta considerar, como mesmo considerou o sr. Ferrer, que pôde muitas vezes acontecer, que um banqueiro parente do menor a quem se deva dar a tutela, não tenha bens de raiz que offereça para hypothese. O § 14.º é exactamente para prevenir esta hypothese, e para o caso em que o patrimonio dos menores seja muito pequeno, e não seja por consequência necessario ir sobrearregar a tutela com o encargo de uma hypotheca.

S. ex.ª tratando do processo da expropriação achou n'elle pouca rapidez, o contrario exactamente do que achou o sr. Pinto Coelho. Este sr. deputado começou por combater o nome de expropriação, entendendo que não se devia assim transnortar a terminologia forense, e que não se devia ir buscar uma palavra nova para designar idéas, que já se acham designadas na nossa legislação.

A palavra expropriação, como termo juridico, já se acha consignada nas nossas leis, e para designar uma idéa que tem muita analogia com a expropriação hypothecaria.

Chama-lhe o projecto expropriação e não execução, porque a expropriação dirige-se exclusivamente ao predio de raiz que foi especialmente hypothecado, e não se pôde dirigir a nenhum outro; a expropriação é só restrictamente relativa á propriedade. Em relação á phraseologia combateu s. ex.ª muito o projecto, mas não notou se não duas palavras que iam ferir a terminologia juridica: uma foi aquella que acabou de indicar, a outra foi a de curador nato, dizendo o illustre deputado, que até aqui se entendia ser unicamente o pae. Custou-lhe a comprehender que s. ex.ª avancasse semelhante proposição. Curador nato, pela novissima reforma judiciaria, que s. ex.ª lê todos os dias, nos artigos 93.º, 339.º e em outros, é a designação do delegado como curador dos orphãos. O que nunca ouviu dizer até aqui, foi que o pae fosse curador nato do filho; tutor nato sim.

Disse tambem o sr. Pinto Coelho, que nos embargos á execução deviam ser admissiveis ao executado todos os meios de defeza, e não só aquelles que estão consignados no projecto.

O projecto n'esta parte não fez uma innovação, porque pela novissima reforma judiciaria não são admissiveis outros embargos senão aquelles que estão consignados no projecto; os outros que acrescenta o artigo 617.º não podem referir-se a uma execução que tem por base um titulo hypothecario, ou uma letra hypothecaria com força de sentença. Como o illustre deputado queria, era interminavel a expropriação, porque vinham os embargos com certa ordem de defeza, o devedor decaia d'esses embargos, e immediatamente vinha com outros, e assim era absolutamente impossivel chegar ao fim da expropriação.

O sr. Moraes Carvalho disse, que o endosso estabelecido pelo projecto para as letras hypothecarias devia produzir os mesmos effectos que o endosso nas letras da terra ou commerciaes. Tem, porém, a observar que existe uma grande differença entre a letra hypothecaria e a letra commercial. Na letra hypothecaria a segurança é uma segurança real, é a propriedade que foi hypothecada, e hypothecada especialmente; na letra da terra ou commercial a base é o credito pessoal: attenta esta differença, não podia tambem deixar de ser differente a disposição.

Respeito do artigo 138.º observou s. ex.ª que havia graves inconvenientes na adjudicação forçada que tinha de fazer-se ao credor, e queria que se adoptasse o privilegio da fazenda nacional que está consignado na lei; queria que a propriedade fosse á praça com o abatimento de tres quartas partes, e que no caso de que não houvesse lançador com esse abatimento, fosse então adjudicada. Notou tambem s. ex.ª que havia na disposição do projecto n'esta parte, uma derogação do direito vigente, porque permite a facultade do credor pagar-se pela propriedade, embora a divida não exceda a metade do valor da propriedade. Mas pede licença para observar a s. ex.ª, que esta disposição não é inteiramente nova, está já consignada na lei de 16 de junho de 1855; quando o devedor nomeia bens á penhora, e quando esses bens não encontram lançador, o credor tem o direito ou de pagar-se pela adjudicação da propriedade, ou pela dos rendimentos.

Esta disposição, pois, não é inteiramente nova, acha-se já esta facultade que dá ao credor, e é essencialmente tendente a estabelecer o credito.

A respeito dos inconvenientes da adjudicação forçada, parece-lhe que elles se attenuam até certo ponto, attendendo a que ha uma hypotheca especial, a que a execução é feita n'essa hypotheca, e a que o credor quando fez o contrato sabia qual era a propriedade que se lhe havia de dar em pagamento quando o devedor não pagasse no prazo estipulado.

A primeira emenda que s. ex.ª apresentou foi ao artigo 1.º, e disse que n'este artigo ha uma regra e uma excepção, e que a redacção não parece propria para fixar o pensamento do projecto. Dizendo o projecto que os credores têm direito a ser pagos pelo prego da totalidade dos bens do devedor todas as vezes que não houver causa legitima de preferencia, parece que aquillo que se deduz logicamente da letra do artigo é, que quando houver causa legitima de preferencia, os credores privilegiados não de ser pagos em primeiro lugar, e que o resto dos bens ha de ser repartido pelos outros credores.

Quanto ao artigo 5.º, s. ex.ª apenas notou o inconveniente de ir buscar termos novos para designar cousas que se podiam designar por termos já consagrados no fôro. Esta questão parece-lhe pouco importante, é meramente de redacção; mas a designação de mobiliarios e immobiliarios que o projecto aceitou, e que ficarão sendo palavras portuguezas desde que forem adoptadas na lei, foi já admittida no projecto do codigo civil do sr. Seabra no artigo 26.º e outros, e a commissão entendeu que devia admittir-se esta terminologia, porque assim se evitava uma circumlocução.

Ao artigo 7.º apresentou s. ex.ª um additamento, que a commissão aceitou.

Ao artigo 9.º propoz s. ex.ª um additamento, querendo comprehender entre os privilegios immobiliarios o credito do valor das beneficencias. A commissão entendeu que devia restringir o mais possível os privilegios immobiliarios, porque não podiam elles ser sujeitos ao registro, haviam de atacar essencialmente o credito predial. O valor das beneficencias feitas pelo inquilino ou arrendatario do predio, dá logar ao direito de retenção por beneficencia real, mas esse direito não é um direito propriamente real e absoluto que se imprima sobre a propriedade, é mais para oppor-se ao proprietario que quer haver a sua propriedade sem o pagamento das beneficencias. É uma excepção de dolo, cujo caracter é essencialmente pessoal, e não deve affectar as relações entre o proprietario e os credores.

Ao artigo 10.º apresentou tambem s. ex.ª uma emenda: não gostando da denominação adoptada pela commissão de hypothecas—necessarias, voluntarias e mixtas—queria que se dissesse—legaes, convencioneis e judiciais—. Parece-lhe com tudo, que a designação dada pela commissão exprime perfeitamente o objecto: chamam-se hypothecas necessarias as que resultam necessariamente da lei; voluntarias as que são dependentes da vontade, do accordo e convenção das partes; e mixtas aquellas que provem da lei, é verdade, mas que para terem efficacia dependem da vontade da parte. O registro é facultativo pelas disposições do codigo, e portanto aquelles que obtêm uma sentença em acção real para poderem usar da hypotheca que a lei lhes dá, devem ir fazer o registro provisório, e depois o definitivo; e eis a razão porque estas hypothecas participando de uma e outra natureza, se chamaram mixtas.

Quanto ao artigo 11.º, que trata das hypothecas necessarias, ou legaes, segundo a terminologia do sr. deputado, queria s. ex.ª que tambem tivesse hypotheca necessaria o vendedor pelo prego do predio vendido, e para fundamentar a sua opinião foi buscar a autoridade da lei belga, que no artigo 28.º estabelece não uma hypotheca legal para o vendedor, mas um privilegio immobiliario; porém o governo e a commissão entenderam que não deviam adoptar n'esta parte a disposição da lei belga, porque todas as vezes que a hypotheca pôde ser o resultado da vontade e convenção das partes, para que se ha de ir buscar a hypotheca legal, a necessaria? O vendedor tem a facultade de accordar a hypotheca com o comprador se este não paga o preço da compra; e então para que buscar o privilegio ou uma hypotheca legal? Pôde é verdade dar-se a hypothese em que o comprador possa comprar e não hypothecar, e n'esse caso lá está o conselho de familia, que de certo não ha de negar ao menor a autorisação para hypothecar a propriedade que comprou, mas cujo preço não paga, se entender que a compra é vantajosa.

Ao artigo 17.º propoz s. ex.ª que se acrescentassem mais dois numeros, que comprehendessem os censos e todos os direitos sobre immoveis. Ora direitos sobre immoveis é uma phrase muito generica, e que podia realmente comprehender alguns direitos que não deveriam ser objecto de hypotheca; mas uma vez que s. ex.ª adopta esta idéa, devia com ella substituir todo o artigo, porque não era necessario mencionar mais nada. E pelo que diz respeito aos censos, a commissão entendeu que não podia adoptar o additamento do sr. deputado, porque os censos são já um credito que tem segurança, e pôde-se dizer hypotheca em certo predio; e então como ir fazer objecto de uma hypotheca uma outra hypotheca?

Ao artigo 18.º propunha s. ex.ª a eliminação das palavras «effectiva posse». A commissão entendeu que devia eliminar a palavra effectiva e deixar a idéa de posse, porque em vista do systema do projecto a posse não pôde deixar de existir por via do registro, não a effectiva mas a civil com todos os effectos da posse natural.

Pelo que toca ao artigo 22.º a commissão aceitou a emenda do sr. deputado.

Quanto ao artigo 23.º, em que se trata da hypotheca necessaria que tem de ser prestada pelo funcionario fiscal, propoz s. ex.ª uma emenda que lhe pareceu estar attendida na letra do artigo e prevenida nos regulamentos fiscaes, por quanto o funcionario fiscal não pôde entrar no exercicio das suas funcções sem que tenha prestado esta hypotheca especial, é o que se acha estabelecido nas leis fiscaes, e portanto parece-lhe desnecessaria a emenda, visto que o artigo se remette a estas leis.

No artigo 38.º, em que se trata dos bens e direitos que estão sujeitos ao registro, queria s. ex.ª que se estabelecesse uma penalidade para o caso em que os administradores dos vinculos não façam registrar as suas propriedades dentro do espaço de um anno. Ora a commissão adoptando o registro facultativo não podia estabelecer uma penalidade tão aspera para os administradores dos vinculos, porque seria de alguma forma ir ferir na sua base um principio, que a commissão não ama, mas entendendo não ter autoridade para poder n'esta occasião ferir por esta forma.

S. ex.ª encontra no artigo 43.º a sancção penal que a commissão entendeu sufficiente para prevenir a falta do registro dos bens vinculares, e esta sancção é já sufficientemente grave para que os administradores dos vinculos, que a cada momento podem estar sujeitos a soffrir um ataque, maior ou menor, nas suas propriedades, ou podem ser demandados em juizo, deixem de submeter ao registro os seus bens vinculares, arriscando-se a não serem attendidos nos tribunales. Nenhum deixará de sujeitar-se á formalidade do registro para não deixar o seu direito á mercê de qualquer expoliador.

Sobre o artigo 62.º apresentou s. ex.ª outra pro-

posta, que de maneira nenhuma pôde ser aceita pela commissão. S. ex.ª queria que o registro provisório concedido pelo projecto fosse, para assim dizer, indefinido, por quanto não queria que se restringissem os prazos dentro dos quaes elle podia ser renovado, porém que o fosse sempre que se demonstrasse legalmente que não tinha havido sentença definitiva sobre o objecto; pelo menos é este o sentido que deprehe da sua proposta.

A hypotheca que a lei estabelece sobre os bens do demandado em acção real é de certo gravame que se lhe impõe, quando muitas vezes pôde ter direito aos bens que se lhe pedem; e podia acontecer que, a fazer-se o registro provisório, indefinidamente estivesse por muito tempo, e á mercê de qualquer inimigo, presa a propriedade do réu, ainda que innocente; e foi isto o que aconselhou a commissão a não aceitar a emenda do sr. deputado.

Ao artigo 135.º queria s. ex.ª tambem que se estabelecesse uma outra ordem de embargos «embargos de nulidade em beneficio do menor»; mas a commissão entendeu que esta materia não podia ser objecto de embargos, nem decidida n'um incidente da execução, e só podia dar logar a uma acção a que o menor fica com direito.

O illustre deputado passou a fazer algumas considerações sobre as conservatorias, e, apesar de não hypothecar o seu voto n'este assumpto melindroso, entendeu que ellas deviam ser entregues aos administradores de concelho; e a primeira razão que apresentou foi, que os emolumentos consignados na tabella não podiam chegar para sustentar os empregados das conservatorias. Parece-lhe que este argumento está em opposição com o que tem ouvido dizer acerca dos conservadores, porque o que se diz é, que os conservadores vem exigir um imposto da nação e augmentar a cohorte dos empregados publicos. Mas que onus é esse tão limitado, que ao illustre deputado se affigira, que não dá para a sustentação dos conservadores?

Apesar das taxas terem sido estabelecidas o mais prudentemente que á commissão pareceu conveniente, elle, orador, entende que, com o movimento que esta lei ha de dar á propriedade, com o maior numero de transações que sobre a propriedade se ha de dar, o registro ha de augmentar consideravelmente, não só o das hypothecas, como tambem o de todas as transmissões e transmutações da propriedade; e portanto ainda que a taxa seja menor, deve ser de um producto, não dirá grande, mas sufficiente para a sustentação das conservatorias.

Mas diz s. ex.ª tambem que não acha inconveniente na accumulção das conservatorias nas administrações de concelho, porque o extracto do registro como se acha estabelecido no projecto, para o qual deve haver modelos especiaes, é uma cousa muito simples (parece-lhe que o extracto do discurso de s. ex.ª n'esta parte está errado no *Diário de Lisboa*). O que elle, orador, ouviu a s. ex.ª foi que achava simples e facil o extracto do registro, e que podia portanto ser praticado pelo administrador de concelho; mas não lhe parece que o registro por extracto seja uma cousa tão simples, nem tão facil, por quanto deve conter a essência do contrato (apoiados), e qualquer defeito n'ello pôde fazer perder o direito do credor; é por consequência necessaria toda a cautela no modo por que se ha de fazer, e é necessario um exame muito circumspecto no titulo, e que a pessoa encarregada do registro tenha as habilitações necessarias para que isto não seja uma formalidade illusoria, perigosa, e prejudicial aos interesses de todos.

N'esta parte o sr. Pinto Coelho respondeu ao illustre deputado, e apresentou os inconvenientes que se dão do registro estar entregue aos administradores de concelho: s. ex.ª o sr. Pinto Coelho clamou contra o modo por que se estava fazendo o actual registro das hypothecas, e apresentou os inconvenientes que tinha presenciado, inconvenientes que haviam feito perder o direito de alguns seus constituidos.

Mas diz-se «vae-se augmentar» numero dos empregados publicos. Se se attende, porém, ás propostas com que os illustres deputados querem emendar o projecto n'esta parte, vê-se que são elles que querem um grande exercito de empregados publicos, porque o projecto da commissão quer que haja um empregado em cada comarca, e aquelles que combatem os conservadores querem um empregado em cada concelho (apoiados).

Os illustres deputados são os primeiros que reconhecem que é impossivel que as administrações de concelho possam cumprir devidamente esta lei, possam executar-la como elle o deve ser, e querem que haja um escrivão privativo em cada concelho para se encarregar das conservatorias; mas o governo quer que haja um empregado em cada comarca, podendo haver nas comarcas de Lisboa e Porto um ajudante, se as circumstancias do serviço assim o exigirem; mas tendo cada comarca seis e sete concelhos, e exigindo os illustres deputados seis e sete empregados na mesma área em que a commissão não quer senão um, está claro que os illustres deputados pedem um numero de empregados muitissimo maior que o governo e a commissão.

Em vista d'estas considerações, e depois do que disse o sr. ministro da justiça, que tão proficiente traton a materia, entende não dever gastar mais tempo com este assumpto; só dirá que os conservadores, como se acham estabelecidos no projecto, é condição essencial para a execução d'esta lei. Se a camara entende que a lei é boa, que contém bons principios, que pôde servir de base ao credito predial, que pôde fazer nascer instituições de credito, e concorrer para o desenvolvimento da agricultura, não pôde negar os meios para ella ser executada como o deve ser, e a não querer que a lei não se execute, então é melhor não a votar e rasgá-la. (Vozes:—muito bem.)

O sr. Zeferino Rodrigues:—manda para a mesa dois pareceres da commissão de petições.

O sr. Canella:—tendo, como membro da commissão de credito predial, pedido a palavra para sustentar a doutrina d'este projecto, julgava-se desobrigado de emprender essa tarefa, e entendia ser mesmo desnecessario fazê-lo, e tomar com isso o tempo á camara, depois que os srs. ministros da justiça e relator da commissão o haviam feito, rebatendo os argumentos, que contra algumas das suas disposições, haviam sido produzidos por alguns illustres deputados.

Na occasião da discussão da proposta do governo, perante a commissão, tinha offerecido algumas indicações, parte das quaes foram adoptadas, e inseridas no projecto, que agora se discute. Como porém entendia que algumas outras tambem mereciam se-lo, as havia proposto em additamentos nas duas sessões nocturnas.

Ainda algumas d'estas foram depois aceitas pela commissão, de accordo com o mesmo sr. ministro. Vinha portanto agora sustentar as restantes. Entrando na materia passa a fazer diversas considerações em sustentação da doutrina de cada um dos additamentos. Lê e manda para a mesa a seguinte proposta de outro additamento em additamento ao que já havia offerecido ao artigo 16.º, e conclue pedindo a approvação das suas propostas.

Additamento ao additamento do artigo 16.º: «Fica todavia salvo ao réu o direito de fazer limita-la a tantos quantos bastem para essa indemnisação, cuja importancia será provisoriamente fixada pelo juiz do processo, com audiencia do offendido, ou de quem o representar.—Canella.»

É admittido.

O sr. Arbores—pediu a palavra para repetir hoje o que hontem tinha notado, e era que a ultima hora da sessão destinada para interpellações, estava quasi terminada sem se passar as interpellações. Bem vê que não se acha presente o sr. ministro do reino, porque s. ex.ª está doente; mas podem-se dar para ordem do dia as interpellações annunciadas aos outros srs. ministros. Por tanto requer que sejam declaradas em ordem do dia todas as interpellações, para na hora competente se verificarem aquellas que disserem respeito aos srs. ministros presentes.

O sr. Presidente—declara que as interpellações estão todas dadas para terem logar na hora designada, e não tem tido logar, não só pela circunstancia que já hontem ponderou e o illustre deputado referiu, mas porque realmente não tem havido oportunidade; e continuará a declara-las em ordem do dia para se verificarem, na hora competente, aos srs. ministros que estiverem presentes, e estejam promptos para responder.

O sr. Henriques Secco—requer ao sr. presidente tenha a bondade de dar para ordem do dia o projecto n.º 71, que diz respeito a um objecto simples que talvez não offereça discussão.

O sr. Presidente—declara que na primeira occasião que possa, dará este projecto para ordem do dia.

O sr. José Esteve—que tinha a palavra sobre a materia do projecto predial; declara que tendo de tratar só de um ponto do projecto, o qual já fôra sufficientemente desenvolvido por aquelles srs. deputados que d'elle se occuparam, e no sentido em que tinha tenção de fallar, por isso cedia da palavra.

O sr. Henriques Secco—que não era defasado a doutrina no projecto em discussão, porque também o tinha approvado na generalidade, apesar d'isso pedir a palavra não tanto para o defender, como para justificar as suas moções de ordem, e só se fizera inscrever a favor, para que a palavra lhe chegasse antes de terminada a discussão por algum requerimento.

A commissão auctora do parecer fôra muito injusta para com todos os deputados que mandaram propostas para a mesa, porque devendo dar as razões pelas quaes as rejeitava, assim não procedera, e mesmo verbalmente as não dera n'esta casa, senão quando provocada, e somente a respeito de algumas moções.

Mas quanto a elle, orador, a injustiça era mais grave, porque não só alteraram as palavras das suas moções, mas até as fizeram imprimir com dois notáveis erros, quando era proprio da lealdade da commissão reproduzir essas mesmas moções em toda a sua integridade.

Passou a mostrar como a commissão fôra contradictoria na rejeição de alguma das moções apresentadas por elle, orador, e a justificar a procedencia de outras, e em particular as que tocavam a medição dos bens vinculados antes do registro, e a dever este continuar a cargo dos administradores de concelho, e não deverem por isso crear-se, como se pretendia, os conservadores do registro.

E por fim, conclue que apesar das razões que produziu n'estes pontos, contra a commissão, votava no restante, pelo complexo das medidas do projecto, já porque são uma inovação justa na legislação actual hypothecaria, já porque tendem a fazer homogenea a propriedade, já porque são a base para a desamortisação da terra, tanto da vinculada como da possuida contra as leis da amortisação, e já também porque são os primeiros fundamentos do futuro credito predial, e até do que chamam credito rural ou pessoal; e aqui termina as suas breves observações, visto ter já dado a hora.

O sr. Presidente—dá para ordem do dia a discussão da continuação da que está dada, continuando a discussão dos projectos n.ºs 47 ou 49, conforme aquelle dos srs. ministros que estiver presente, e declarando que na ultima hora poderão ter logar interpellações, se houver oportunidade para isso, elevanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 26 de junho estiveram presentes á chamada feita aos tres quartos depois do meio dia

Canella, Moraes Carvalho, Braancamp, Alves Martins, Antonio Eleuterio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pinto, Avila, Henriques Secco, Couto Monteiro, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Vicente Peixoto, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Bartholomeu dos Martyres, Belchior Garcez, Castro Ferreira, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, Rebelo de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Fausto da Gama, Mousinho de Albuquerque, Fortunato de Mello, Diogo de Sá, Gavião, Pulido, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Pereira de Carvalho, Jacinto de Andrade, Martins Ferrão, J. José de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Sousa Machado, Calça e Pina, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Inácio Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Feijó, Chripiniano da Fonseca, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Luiz Albano, L. Pinto Tavares, Afonseca, Rocha Peixoto, Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão de Almeida, Visconde de Pindella, Visconde de Portocarrero.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Porto—Segundo as participações recebidas dos administradores dos concelhos d'este districto, com referencia aos primeiros quinze dias do corrente mez, mostra-se que é bom o estado das sementeiras de milho, bem como o das searas de trigo e centeio, ainda que as chuvas e frio impediram a conclusão de algumas sementeiras, e as ceifas do centeio. O oídio tem apparecido, porém com pouco desenvolvimento, em diferentes sitios dos concelhos de Amarante, Baião, Bouças, Felgueiras, Gondomar, Valongo, Paredes, Povoa de Varzim e Villa do Conde.

O aspecto dos oliveiros é regular, excepto em alguns pontos onde as oliveiras estão affectadas de ferrugem. O aspecto dos pomares é soffivel.

Espozende—A camara municipal d'este concelho tem, segundo escreve o *Barcelonense*, os maiores desejos de lançar uma ponte sobre o Cavado, entre Frio e Espozende. A instancia suas já anda um engenheiro levantando a planta, e fazendo o orçamento d'esta obra.

Marco de Canavezes—O administrador d'este concelho participou que no dia 14 d'este mez fôra encontrado na margem direita do rio Douro, limites da freguezia de Alpendurada, o cadáver de um homem afogado, em tal estado de putrefacção, que não pôde ser conhecido, nem mesmo conduzido á igreja parochial, pelo que foi sepultado no local em que tinha sido encontrado.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 23 do corrente, e de Paris até 21.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de España*:

Turin, 21 de junho—O apresamento dos dois navios teve logar entre a ilha de Elbe e Pianosa. O consul americano em Genova dirigiu um despacho telegraphico, relativo a este assumpto, ao embaixador dos Estados Unidos em Napoles.

Medicis chegou a Palermo com 300 voluntarios. Todos os habitantes das diferentes povoações da Sicilia adherem ao movimento revolucionario, á testa do qual estão o clero e a aristocracia. Continua a deserção das tropas napolitanas.

Berlim, 21—Não obstante dizer-se o contrario, é certo que na conferencia de Baden os soberanos se pozeram de accordo para se harmonisarem os interesses allemães.

Marsella, 21—O grão-visir chegou a Schemola depois de ter demittido e mandado prender diferentes funcionarios, por abuso de poder. Os embaixadores pozeram-se de accordo e enviaram instruções identicas aos consules da Syria, a fim de se evitarem novos desastres.

Nos bairros turcos de Constantinopla arderam 1.500 casas.

Paris, 21—Diz-se que Garibaldi marchará contra Napoles. Outras pessoas supõem que elle se dirigirá para os Abruzzos, e que o coronel Medicis será encarregado de tomar Messina.

Confirma-se a noticia dos crimes commettidos no Libano contra os christãos. Muitos d'elles foram assassinados, e trinta das suas casas foram incendiadas.

Os jornaes ministeriaes mettem a ridiculo o *Times*, por este censurar que os soberanos não fossem á conferencia acompanhados pelos seus respectivos ministros.

As correspondencias de Napoles estão em contradicção; umas dizem que se fôrma um ministerio liberal, de que será presidente Martino; e outras sustentam que Francisco II pronunciará as seguintes palavras: «Prefiro ser coronel austriaco a monarcha constitucional.»

Um despacho de Marsella diz que rebentou a revolta na Calabria.

O governo de Palermo nomeou o conde Amavi para seu representante, junto do governo de Turim.

O governo desmente nos seus jornaes semi-officiaes a noticia de que o folheto de Edmund About, e que tem por titulo *a Prussia em 1860*, é de origem officia.

O *Siecle* diz o seguinte:

Recebemos um novo protesto de D. João de Bourbon. As insinuações que este documento contém contribuem para que se suspeite que não é authentic.

Londres, 23—Lord John Russell, reportando-se a uma nota que recebeu, declarou que era para sentir que a França esteja pouco disposta a aceitar uma combinação equivalente ás obrigações contrahidas pelos tratados de 1815, acrescentando que o governo examinará melhor qual é o procedimento que mais convém adoptar para ser mantida a neutralidade da Suissa.

As noticias do Japão alcançam até ao dia 23 de abril ultimo. O imperador havia sido assassinado. Esperava-se que rebentasse uma revolta. Os criminosos foram executados.

Napoles, 19—Tres columnas foram enviadas para Basilicata, Salerno e Abruzzos. Está-se fortificando o castello de Santelmo. Affirma-se que o governo tenciona restituir os navios apresados, porém o ministro americano exige uma reparação pelo insulto feito á bandeira americana.

O rei está doente em Portici.

Messina, sem data—Espalhou-se o boato de um desembarque de voluntarios em Melite.

Napoles, 23—Tanto em Napoles como no resto do reino existe a maior tranquillidade.

Sabe-se que desembarcam na Sicilia mais 4.000 revoltosos.

PIEMONTE

Este paiz prosegue os seus armamentos com a maior actividade possível. Affirma-se que, no fim do proximo mez de julho, elle terá á sua disposição 80 baterias completas. As experiencias com as novas peças *Caballí* vão ter logar em Genova, sobre as baterias fluctuantes.

O ministro da guerra celebrou ha dias um novo contrato com mr. de Saint Etienne, para o fornecimento de um grande numero de espingardas raia-das.

(La Correspondencia de España.)

SICILIA

O general Garibaldi vac crear um serviço marítimo, formando companhias de marinheiros militares, nos portos onde domina a insurreição. Por outra parte o governo napolitano organisa uma esquadra de transportes de vapor encarregada exclusivamente do abastecimento das praças de Messina, Augusta e Syracuse, onde apoia fortemente a sua linha de defeza.

As tropas napolitanas, que foram enviadas para os Abruzzos e para as Calabrias, tomaram já posições naquellas provincias.

(El Pensamiento Español.)

INGLATERRA

O governo inglez acaba de comunicar ao parlamento diferentes documentos relativos á questão da Sicilia: entre elles figuram os dois seguintes:

«O contra-almirante Mundy ao secretario do almirantado.

«Hambal, 3 de junho de 1860.—Palermo.—Pelas informações que obtive, por diferentes vias, estou ao facto das perdas occasionadas em pessoas e propriedades, pelo bombardeamento de Palermo.

«A scena é representada como das mais horribes. Um districto inteiro, de mil yards de comprimento sobre cem de largura, ficou reduzido a cinzas. Algumas familias foram queimadas vivas com as casas: as atrocidades commettidas pelas tropas reaes foram terribes. Em outros pontos conventos, igrejas, edificios isolados, foram destruidos pelas bombas, das quaes 1.100 foram arremessadas da fortaleza, em quanto que as restantes partiram dos navios de guerra.

«O armistício foi prolongado indefinidamente, e espera-se que as potencias europeas intervirão, a fim de se evitar nova effusão de sangue.

«O procedimento do general Garibaldi, tanto durante as hostilidades como durante a suspensão d'ellas, foi cheio de nobreza e de generosidade.

«As tropas reaes receberam ordem para evacuem Trapani e Termini, e diz-se que foram reforçar a guarnição de Messina.»

O segundo documento, a que alludimos, é data do de Malta, e diz o seguinte:

«O vice-almirante Martin ao secretario do almirantado.

«Malborough, 7 de junho de 1860.—Malta.—My lord, peço-vos que informeis os lords commissarios do almirantado, de que o *Assurance* chegou hontem, depois de visitar, desde o 1.º d'este mez, Gergenti, Marsala, Palermo, Napoles, Messina e Catania. Sou informado de toda a parte, de que a revolução faz progressos rapidos, e de que se nota a boa ordem possível, em circumstancias taes.

«A vida e a propriedade dos subditos inglezes parece terem sido completamente protegidas, e as tropas reaes evacuarão Catania: um governo provisório foi ali instituido por Garibaldi.

«Em Syracuse, as tropas reaes conservam-se na fortaleza. Em Palermo, estão ainda de posse dos

fortes e do palacio: o armistício foi prolongado indefinidamente.

«Sou etc.—F. W. Martin.» (Times.)

—Na camara dos lords deram-se novas explicações relativas á questão de Napoles. Em resposta a uma interpellação de lord Brougham, o ministro declarou que a França assim como a Inglaterra não tencionavam intervir. Em Berlin, onde a corte de Napoles pediu também a garantia das suas possessões territoriaes, o resultado foi o mesmo que em Londres e Paris. Mr. de Schleinitz não quiz acceder ao pedido, baseando-se no principio da não intervenção.

(La Presse.)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	759,54	21,8	68,2	NNO.
3 t.	757,99	24,4	56,6	NNO.

Maxima—temperatura.	25,0 C.
Minima	16,2 "
Ozone (de noite)	4,5
Ozone (de dia)	4,0
Chuva (udometro)	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro)	7,6
Altura barométrica correcta.	
Altitude do barometro 55,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 26 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Milan, paquete inglez a vapor, capitão S. Folett, de Alexandria em 12 dias, de Malta em 7, e de Gibraltar em 36 horas, com algodão e mais generos, a G. A. Hancock & Comp.; 33 pessoas de tripulação e 6 passageiros. Destina-se para Liverpool e vem receber carvão.

Estrella de Odemira, hiate portuguez, mestre J. Sueiro, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação.

Alice, escuna ingleza, capitão E. Cove, de Londres em 24 dias, e de Salcombe em 10, com arroz e mais generos, a G. A. Hancock & Comp.; 7 pessoas de tripulação.

Paquete do Havre, patacho portuguez, capitão A. V. Pinto, do Havre de Grace em 16 dias, com ferreagens e fazendas, á viuvia de J. B. Burnay; 9 pessoas de tripulação e 1 mala.

Visconde de Athogua, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, da ilha da Madeira em 64 horas, com encomendas, a P. Olive & Comp.; 26 pessoas de tripulação, 16 passageiros e 2 malas.

Santa Rita, cabique portuguez, mestre A. José, de Olhão em 4 dias, com peixe salgado; 15 pessoas de tripulação e 1 passageira, que é Feliciano Maria, portugueza.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Margarida, hiate portuguez, mestre J. F. Serra, para Villa Nova de Portimão, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

União, patacho portuguez, capitão O. Nobre, para o Rio de Janeiro, com vinho e mais generos; 9 pessoas de tripulação e 8 passageiros, que são: Albino Duarte Cadima, artista; Domingos Rodrigues, Luiz Martinho da Fonseca, João Domingos da Lage, Victorino da Silveira Freixo, caixeiros; Antonio Rodrigues, servente; Francisco Dias, trabalhador; Luiz Antonio Pereira Malheiros, sem emprego; portuguezes.

Patusca de Aveiro, rasca, mestre, J. da Costa, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Soberano, brigue portuguez, capitão A. A. de Almeida, para Pernambuco, com azeite e mais generos; 15 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Francisco Joaquim Monteiro, artista; José Joaquim Rodrigues, caixeiro; portuguezes.

Boa Sorte, barco portuguez, mestre M. B. de Mattos, para Setubal, em lastro; 3 pessoas de tripulação.

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J. Felix, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Boa Lembrança, hiate portuguez, mestre J. L. Vianna, com arroz, e cal; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro que é: Antonio José Maria da Cunha, marítimo portuguez.

Alloula, hiate portuguez, mestre J. F. da Silva, para Caminha, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Milan, paquete inglez a vapor, capitão S. Folett, para Liverpool, com algodão e mais generos; 33 pessoas de tripulação, e 7 passageiros.

Glé, patacho portuguez, capitão M. G. dos Santos, para o Rio de Janeiro, com vinho, e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

Joven Margarida, baticeira, mestre J. M. Coelho, para Setubal, com cereaes, e encomendas; 5 pessoas de tripulação.

Dover, vapor de guerra inglez.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 26 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 26 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 25

Entradas—Barca portugueza *Duarte 4.º*, do Rio de Janeiro por Lisboa em 88 dias; vapor *Ingles Arno*, de Liverpool em 4 dias.

Saídas—Patacho *Virginia*, para S. Miguel, por Aveiro; hiate *Rio Douro*, para Setubal; portuguezes.

Navego para Vigo a fazer quarentena, o brigue portuguez *Estrella*, vindo de Pernambuco em 37 dias.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—O vento esteve SE. agora OSO. brandos.

De Villa do Conde, do dia 23

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 24

Saíram hiate *Dourado* para Setubal, com madeira e varios generos.

Mar bom.—Vento NO.

De Caminha, do dia 25

Entraram os hiates portuguezes *Des de Outubro*, da Figueira; e *Novo Atrevido*, do Porto.

Mar bom.—Vento SO.

De Aveiro, do dia 25

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N. brandos.

De Figueira, do dia 25

Saíram rasca portugueza *Conceição Subtil*, para Lisboa, com varios generos.

Mar bom.—Vento NO.

De Ericeira, do dia 25

Não entrou embarcação alguma.

Saíram rasca *Conceição Estrella*, para a Vieira, em lastro.

Mar bom.—Vento N.

De Távira, do dia 25

Entradas—Cabiques *Senhora dos Martyres*, de Gibraltar em 3 dias, em lastro, e *Senhora dos Martyres*, de Gibraltar em 3 dias, com taboado e encomendas, portuguezes; escuna *Inglesa Frel*, de Lisboa em 2 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento variavel.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 25

Entraram um patacho e duas escunas, procedentes de Alicante, em observação.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

Mar bom.

De Setubal, do dia 24

Entradas—Hiates *Conceição*, do Porto, com varios generos, *Estrella do Sado*, de Lisboa, com varios generos, portuguezes.

Saídas—Barco *Senhor dos Passos*, para Lisboa, com carvão, baticeira *Flor dos Santos*, para Lisboa, com carvão, barco *União de Alcoeira*, para o Porto, com sal e arroz, portuguezes.

Vento N.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 26 de junho de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 25

N'este dia não entrou nem saiu embarcação alguma.

Capitania do porto de S. Martinho, em 25 de junho de 1860.—O capitão do porto, Manuel Luis de Almeida.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 26 de junho—3 por cento consolidado a 49,70—3 dito differido a 39,85.

Bolsa de Paris, em 26 de junho—3 por cento francez a 68,60—4 1/2 dito a 96,55.

Bolsa de Londres, em 26 de junho—Consolidados de 93 1/4 a 93 3/8.

AVISOS

SOCIEDADE DAS CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

O conselho de direcção resolveu mandar dizer uma missa, a que devem assistir as creanças educadas nos mesmos estabelecimentos, pelo eterno repouso do ex.º sr. João de Mello Cardoso do Amaral, que por mais de vinte annos prestou muitos e valiosos serviços a esta sociedade na qualidade de seu secretario e thesoureiro.

O conselho convida a todos os srs. subscriptores e amigos do illustre finado para concorrerem áquelle acto religioso e de gratidão, prevenindo-os de que elle ha de ter logar na quinta-feira, 28 do corrente, pelas dez horas e meia, na parochial igreja de N. Senhora da Encarnação.

Lisboa, 25 de junho de 1860.

SOCIEDADE DAS SCIENCIAS MEDICAS DE LISBOA

Quinta-feira, 28 de junho, pelas oito horas da noite, haverá sessão. Ordem da noite: continua a discussão sobre a questão medico-legal, apresentada á sociedade por um advogado da capital.

Secretaria da sociedade, 26 de junho de 1860.

—O 1.º secretario, Alves Branco.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

QUARTA EDIÇÃO DO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA, de Eduardo de Faria, refundida, correcta, e augmentada, por D. José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda.

Conclui-se com a 9.ª serie (contendo quinze folhas de oito paginas), e com a ella ficão completa esta obra, que tanta acção tem merecido das pessoas illustradas.

Está desempenhada a palavra do editor nos compromissos para com os srs. assignantes que pagaram adiantado; e se mais cedo se não pôde terminar esta publicação do *Diccionario*, a causa nasceu de motivos independentes tanto á vontade do editor, como do distincto compilador—e as quaes que no nosso paiz tem uso de imprensa sabe perfeitamente avaliar.

Tendo nós alguns assignantes em atraso, e não sendo justo que por parte d'estes assignantes que não têm garantia em nossa mão deixemos de compensar, pela prompta venda, o grande empenho de capitães feito com esta impressão, o editor previne a esses srs. assignantes, que se até ao dia 31 de julho do corrente anno não mandarem satisfazer as respectivas importancias, e receber os impressos que lhes pertencem, não garantem, nem se responsabiliza pela entrega até ao dito prazo.

A obra completa, constante de dois volumes de folio, achase á venda por 7200 réis, em Lisboa, no escriptorio do editor, F. A. da Silva, rua